

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da Regulação Plano de Ensino

▪ **Disciplina:** A Produção Normativa dos Órgãos Reguladores

▪ **Curso:** Mestrado

▪ **Tipo Disciplina:** Eletiva Comum

▪ **Carga Horária:** 45h (3 créditos)

▪ **Ementa:**

Papel da Produção Normativa no Estado Moderno. Racionalidade e Fundamentos da Produção Normativa. *Inputs* e *outputs* da Produção Normativa. Produção Normativa em diferentes contextos institucionais. Transparência, Qualidade e Eficiência da Produção Normativa. Controle da Produção Normativa por outros Poderes.

▪ **Objetivos:**

- I. Propor uma reflexão ampla sobre o papel da produção normativa dos órgãos reguladores no Estado Moderno e as condicionantes econômicas, políticas e socioculturais desta atividade;
- II. Ampliar o conhecimento sobre a prática da produção normativa nos diferentes contextos regulatórios;
- III. Fornecer ferramental teórico e metodológico para a avaliação da qualidade procedimental e material da atividade normativa dos órgãos reguladores;
- IV. Estimular o interesse no desenvolvimento de pesquisas sobre produção normativa dos órgãos reguladores.

▪ **Temas e Bibliografia:**

A PRODUÇÃO NORMATIVA NO ESTADO MODERNO

RACIONALIDADE E FUNDAMENTOS DA PRODUÇÃO NORMATIVA

Bibliografia:

ATIENZA, Manuel. *Contribución a uma teoria de la legislación*. Madri: Civitas, 1997, capítulos I a IV.

CHEVALLIER, Jacques. A Racionalização da Produção Jurídica. *Cadernos de Ciência da Legislação*, Oeiras, n. 3, jan-mar, 1992, p. 9-23.

RUBIN, Edward. Law and Legislation in the Administrative State. *Columbia Law Review*, n. 89, p. 369-380 and p. 408-411. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1122862?seq=1#metadata_info_tab_contents.

A PRODUÇÃO NORMATIVA NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Bibliografia obrigatória:

DELLEY, Jean-Daniel. *Pensar a Lei*. Introdução a um Procedimento Metódico. Caderno Escola do Legislativo, vol. 7, n. 12, p. 101-143, 2004. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/StaticFile/ilp/pensar_a_lei_-_jean-daniel_delley.pdf.

MADER, Luzius. Evaluating the Effects: a contribution to the quality of legislation. *Statute Law Review*, vol. 22, p. 119-131, 2001. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/85212314.pdf>.

THEODOULOU, Stella Z. How Public Policy is Made. In: CAHN, Matthew A.; THEODOULOU, Stella Z. (Ed.). *Public Policy: The Essential Readings*. Prentice Hall, 1995.

TRANSPLANTES JURÍDICOS E PRODUÇÃO NORMATIVA

Bibliografia obrigatória:

CAIRNS, J. W. Watson, Walton and the history of 'legal transplants'. *Georgia Journal of International Comparative Law*, vol. 41, n.3, 2013, p. 637-696.

GOLDBACH, Toby S. Why legal transplants? *Annual Review of Law and Social Science*, 2019, p. 1-19.

LAER, Coen J. P. Van; XANTHAKI, Helen. Legal Transplants and Comparative Concepts: Eclecticism Defeated?. *Statute Law Review*, vol. 34, n. 2, 2013, p. 128-137. Disponível em: <https://academic.oup.com/slr/article/34/2/128/1614604>.

XANTHAKI, Helen. Legal Transplants in Legislation: Defusing the Trap. *The International and Comparative Law Quarterly*, vol. 57, n. 3, p. 659-673, jul. 2008. Disponível em: <https://academic.oup.com/slr/article/34/2/128/1614604>.

Bibliografia complementar:

CAPPELETTI, Monica; SIQUEIRA J. P. Faro Homem. Transplantes Jurídicos ou Análise Comparativa dos Direitos, qual a vocação do legislador brasileiro no processo de elaboração de suas leis? *Interesse Público*, Belo Horizonte, vol. 18, n. 99, p. 15-35, set-out. 2016.

QUALIDADE DA PRODUÇÃO NORMATIVA

Bibliografia obrigatória:

BALDWIN, Robert. Better Regulation: the Search and the Struggle. In: BALDWIN, Robert et. al. (eds). *The Oxford Handbook of Regulation*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

LODGE, Martin; WEGRICH, Kai. High-Quality Regulation: its popularity, its tools and its future. *Public Money & Management*, vol. 29, n. 3, p. 145-152, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09540960902891640>.

PAULA, Felipe de. Does Brazil Have a Legislative Policy? *The Theory and Practice of Legislation*, vol. 4, n. 3, p. 329-353. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/20508840.2016.1242244>.

PROCESSO ADMINISTRATIVO NORMATIVO

Bibliografia obrigatória:

KERWIN, Cornelius; FURLONG, Scott R. *Rulemaking: how government agencies write law and make policy*. Chapter 2 (The Process of Rulemaking). SAGE Publications, 2019.

PALMA, Juliana Bonacorsi de. *Atividade Normativa da Administração pública: estudo do processo administrativo normativo*. Tese (Doutorado apresentado junto ao Departamento de Direito do Estado da universidade de São Paulo), 2014, capítulo III.

MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO NORMATIVA

Bibliografia obrigatória:

BRYER, Thomas A. Public Participation in Regulatory Decision-Making: cases from regulations.gov. *Public Performance & Management Review*, vol. 37, n. 2, dez. 2012, p. 263-279. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.2753/PMR1530-9576370204?casa_token=MHi0CFw57RgAAAAA%3Ax1IRpBOKOd_xi_mNaH1ShrxknXCnt5nlwHbgWlIL8_c2Q3TR6FlyZvWn9Efd7bfHYVyfKuzLBwQd9A&.

KERWIN, Cornelius; FURLONG, Scott R. *Rulemaking: how government agencies write law and make policy*. Chapter 5 (Participation in Rulemaking). SAGE Publications, 2019.

Bibliografia complementar:

COGLIANESE, Cary (et. al.). Transparency and Public Participation in the Rulemaking Process. Faculty Scholarship, *Paper 238*, 2009. Disponível em: https://scholarship.law.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1237&context=faculty_scholarship.

SALINAS, Natasha Schmitt Caccia; MARTINS, Fernanda. Os Mecanismos de Participação da Agência Nacional de Saúde Suplementar. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, vol. 8, n. 3, 2018, p. 342-368. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/5738>.

PRODUÇÃO NORMATIVA E GRUPOS DE INTERESSE

Bibliografia obrigatória:

GOLDEN, Marissa Martino. Interest Groups in the Rule-Making Process: who participates? Whose voices get heard? *Journal of Public Administration Research and Theory*, vol 8, n. 2, 2004, p. 245-270. Disponível em: <https://academic.oup.com/jpart/article-abstract/8/2/245/965781?RedirectedFrom=PDF>.

KERWIN, Cornelius. *Interest Groups, Rulemaking and America Bureaucracy*. The Oxford Handbook of American Bureaucracy. Oxford Handbooks Online, 2011. Disponível em: <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199238958.001.0001/oxfordhb-9780199238958-e-25>.

SILVA, Mariana Batista da. Mecanismos de participação e atuação de grupos de interesse no processo regulatório brasileiro: o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). In: *Revista de Administração Pública* [on-line]. v. 46, n. 4, p. 969-992, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7120>.

Bibliografia complementar:

YACKEE, Susan Webb. Reconsidering Agency Capture During Regulatory Policymaking. In: MOSS, David; CARPENTER, Daniel. *Preventing Regulatory Capture: special interest influence and how to limit it*. Cambridge University Press., 2013. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/preventing-regulatory-capture/reconsidering-agency-capture-during-regulatory-policymaking/73AD5D37B4A5769BB9B828818ECD3B81>.

ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Bibliografia obrigatória:

PECI, Alketa. Avaliação do Impacto Regulatório e sua Difusão no Contexto Brasileiro. *Revista de Administração de Empresas*, v. 51, n. 4, jul/ago 2011, p. 336-348. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol51-num4-2011/avaliacao-impacto-regulatorio-sua-difusao-no-contexto-brasileiro>.

RADAELLI, Claudio M.; DE FRANCESCO, Fabrizio. *Regulatory Impact Assessment*. In: BALDWIN, Robert et. al. (eds). *The Oxford Handbook of Regulation*. Oxford: Oxford University Press, 2010, chapter 15. Disponível em: <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199560219.001.0001/oxfordhb-9780199560219-e-13>.

RADAELLI, Claudio M. The Diffusion of regulatory impact analysis – best practice or lesson drawing? *European Journal of Political Research*, vol. 43, p. 723-747, 2004. Disponível em: <https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.0304-4130.2004.00172.x>.

STANDARDS E REGRAS NA PRODUÇÃO NORMATIVA

Bibliografia obrigatória:

BLACK, Julia. *Rules and Regulators*. Oxford: Clarendon Press, 1997, p. 5-45.

JOWELL, Jeffrey. *Law and Bureaucracy: Administrative Discretion and the Limits of Legal Action*. University Press of Cambridge, 1975.

KOROBKIN, Russel B. Behavioral Analysis and Legal Form: Rules vs. Standards Revisited. *Oregon Law Review*, vol. 79, p. 23-60, 2000. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/orglr79&div=7&id=&page=>.

BALDWIN, Robert. Why Rules Don't Work. *The Modern Law Review*, vol. 53, n. 3, p. 321-337, 1990. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-2230.1990.tb01815.x>.

Bibliografia complementar:

DIVER, Colin S. The Optimal Precision of Administrative Rules. *Yale Law Journal*, vol. 93, n. 64, p. 65-109, 1983. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=6832&context=yjlj>.

CONTROLE POLÍTICO DA PRODUÇÃO NORMATIVA

Bibliografia obrigatória:

McCUBBINS, Mathew D; NOLL, Roger G; WEINGAST, Barry R. Administrative Procedures as Instruments of Political Control. *Journal of Law, Economics & Organization*, vol. 3, n. 2, 1987, p. 243-277. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Roger_Noll/publication/5214219Administrative_Procedures_As_Instruments_of_Political_Control/links/09e4150db4eabedb1a000000.pdf.

MOE, Terry M. The Politics of Bureaucratic Structure. In: CHUBB, John; PETERSON, Paul (eds.), *Can the Government Govern?* Washington DC: Brookings Institution, 1989, p. 267-329.

GUERRA, Sérgio; SALINAS, Natasha S. C. O Controle Político da Atividade Normativa das Agências Reguladoras no Brasil. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, vol. 9, n. 3, 2018, p. 402-430. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/article/view/24570>.

Bibliografia complementar:

JORDÃO, Eduardo; MOLHANO, Leandro; SALINAS, Natasha; SAMPAIO, Patrícia. A Produção Legislativa do Congresso Nacional sobre Agências Reguladoras. *Revista de Informação Legislativa*, 56, n. 222, p. 75-107, abr./jun. 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/56/222/ril_v56_n222_p75.pdf.

CONTROLE JUDICIAL DA PRODUÇÃO NORMATIVA

Bibliografia obrigatória:

MEBERSCHMIDT, Klaus. The Procedural Review of Legislation and the Substantive Review of Legislation: opponents or allies? *In: LALANA, Daniel Oliver A.; MEBERSCHMIDT, Klaus. Rational Lawmaking under Review: jurisprudence according to the German Federal Court*. Springer, 2016.

OLIVER-LALANA, Daniel Oliver A.; MEBERSCHMIDT, Klaus. On the “Legisprudential Turn” in Constitutional Review: an Introduction. *In: LALANA, Daniel Oliver A.; MEBERSCHMIDT, Klaus. Rational Lawmaking under Review: jurisprudence according to the German Federal Court*. Springer, 2016.

Bibliografia complementar:

SALINAS, Natasha; ALMEIDA, Guilherme. O Controle Judicial de Projetos Legislativos: uma análise exploratória. *Revista de Informação Legislativa*, vol. 225, jan.mar, 2020, p. 125-150. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/57/225/ril_v57_n225_p125.